PROGRAMA VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: APONTAMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO NA ROTA DAS EMOÇÕES

Shaiane Vargas da Silveira[1]

Laercio Ramon da Silva Nascimento[2]

Aluydio Bessa Amaral[3]

Idevan de Sousa Gomes[4]

RESUMO

Este artigo teve o objetivo geral refletir sobre o Programa Voluntariado em Unidades de Conservação, no âmbito da Rota das Emoções, reconhecendo o processo de implementação por meio da análise junto aos gestores e voluntários participantes. Para o intento foi considerado o marco legal do programa junto a ICMBio, até a avaliação dos gestores e voluntários partícipes do processo, por meio de questionário estruturado. Ao final se conclui que o programa se apresenta satisfatório na visão dos gestores e voluntários e com perspectiva de crescimento, apesar da necessidade de um corpo técnico mais amplo para gerenciar dados, bem como orçamento fixo que garanta a implementação continuada. O contraste entre benefícios do voluntariado e a proposta neoliberal de esvaziamento da responsabilidade do Estado aparecem como plano de fundo da discussão.

Palavras-chave: Voluntariado. Neoliberalismo. Meio Ambiente.

ABSTRACT

This article has the general goal of reflecting on the Volunteer Program in Protected Areas, within the scope of the Rota das Emoções, recognizing the implementation process through analysis with the participating managers and volunteers. For the purpose, the legal framework of the program with ICMBio was considered, until the evaluation of the managers and volunteers participating in the process, through a structured questionnaire. In the end, it is concluded that the program is satisfactory in the view of managers and volunteers and with a perspective of growth, despite the need for a broader technical body to manage data, as well as a fixed budget to ensure continued implementation. The contrast between the benefits of volunteering and the neoliberal proposal of emptying the State's responsibility appears in the background of the discussion.

Keywords: Volunteering. Neoliberalism. Environment.

[1] Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar; Doutora em Políticas Públicas; shaiane@ufpi.edu.br.
[2] Universidade Federal do Piauí – UFPI; Mestrando em Gestão Pública; admramon@ufpi.edu.br.
[3] Universidade Federal do Piauí – UFPI; Especialista em Administração Pública; aluydio@ufpi.edu.br.
[4] Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar; Graduando em Ciências Econômicas; idevanmat75@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa “Implementação e Gestão do Programa Voluntariado em Unidades de Conservação na Rota das Emoções” aborda um programa federal, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada no ano de 2007 pela Lei nº 11.516/07. O estudo faz uma abordagem com recorte temporal e territorial em pequena escala com o intuito de fornecer análises prévias sobre a implementação do Programa a gestores públicos e demais sujeitos interessados, em especial, na temática do voluntariado

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas, “o voluntário é o jovem ou adulto que, por interesse pessoal e espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a atividades voltadas para o bem-estar social” (COSTA ET. AL., 2001, p.53). Ressaltando este conceito, estudos que versam sobre as motivações do cidadão ao voluntariado indicam que atividade voluntária gira em torno de três principais tipos de motivações: (1) motivações pessoais; (2) motivações em torno de crenças pessoais; e (3) motivações pela solidariedade (SELLI; GARRAFA, 2005).

No Brasil, a Santa Casa, da cidade de Santos, além de um dos primeiros hospitais do Brasil, também foi o primeiro a ter motivado uma ação voluntária organizada, na qual os primeiros voluntários fizeram parte de um grupo de portugueses, liderados por Brás e Cubas, em 1543, com objetivo de realizar doações e serviços voluntários. (SOBOLH; WIDMAN, 2011).

Ao longo das décadas, o serviço voluntário foi caracterizado sobretudo por criação de centros de referência, com objetivos de direcionar, organizar e treinar o trabalho voluntário. Além disso, observa-se que o serviço voluntário passou de uma atividade realizada de maneira esporádica, para um serviço realizado com maior frequência e com regras (RAMOS; DOMINGUES, 2016).

Vale ressaltar que na década 90, conforme a crítica de Falconer (1999, P. 9), o Terceiro Setor emergiu como a promessa da renovação do serviço e espaço público e a retomada da solidariedade e da cidadania, ou seja, no contexto neoliberal, surge como uma espécie de humanização do capitalismo, bem como da superação dos

conflitos antagônicos, em temas como meio ambiente, pobreza e classes sociais *versus* capitalismo.

Um novo padrão de voluntariado no Brasil também se iniciou a partir de 1990, sobretudo com a criação do Programa Voluntários, do Conselho da Comunidade Solidária, em 1995, que tinha o objetivo de fomentar o movimento nacional de voluntariado, criando centros de voluntários de referência, divulgando, capacitando e organizando a oferta e demanda de voluntários (DOHME, 2001). Ainda em 1998 foi promulgada a Lei 9.608/98, que dispõe sobre as condições do serviço voluntário e no ano seguinte foi promulgada a lei 9.790/99 a que qualifica as organizações da sociedade civil de direito público e disciplina o termo de parcerias.

A abertura do setor público para o reconhecimento do voluntariado reflete um modelo de gestão, baseado na flexibilidade, na autonomia, na redução do tamanho do Estado e sua participação. Um modelo que requer mecanismos de transferência de responsabilidades e que nos anos 90 foi reforçado pela atuação governamental em sintonia com a proposta descentralizadora. Como relata Bozzi (P. 28) em sua análise sobre a América Latina:

> *La descentralización fiscal, política y administrativa; la democratizacióny las reformas electorales; y la modernización del Estado y suadministración pública representan procesos de la reforma que cambianlas reglas del juego en la región, y afectan las relaciones horizontales(Estado-sociedad civil) y verticales (Estado nacional, regional y local) entrelos actores participantes en la búsqueda de soluciones a los problemas públicos*.

O voluntariado veio como proposta que ampliava a chamada relação horizontal, entre Estado e sociedade, dividindo o interesse e a ação sobre a resolução dos problemas de ordem social.

Assim, o projeto neoliberal, traz uma roupagem nova, e insere a “questão social”, também chamada de re-filantropização, defendida por Yazbek (1995), ou seja, ao passo que o Estado retira-se da responsabilidade de setores importantes, como da própria proteção ao meio ambiente, a população fica descoberta desses serviços assistenciais, onde as condições de acesso aos serviços privados (caros), passa para a “sociedade civil” , bem como a iniciativa de assistir ao cidadão, mediante práticas voluntárias.

Esse processo da sociedade civil, que constitui o “terceiro setor”, assume atividades sociais que foram prioritárias do *Welfare State*, então, a função social deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade exclusiva do Estado, e passa a ser auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores das necessidades e carências, e da “solidária-voluntária” (MONTAÑO, 2017). Todavia, o intuito é refletir a prática do voluntariado no sentindo mais profundo, ou seja, quem ganha e perde com a prática concreta da coisa, embora seja inegável e imensurável seus benefícios diretos, e nesse caso, a preservação do meio ambiente.

Com a Lei nº 9.608/98 tornou-se oficialmente delimitado e mais conhecido no Brasil o conceito de serviço voluntário, como “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.” (BRASIL, 1998). A Lei salienta ainda que o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

O Decreto nº 4.519 de 13 de dezembro de 2002, dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais e o Ministério do Meio Ambiente institui, em 2005, o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação, com a publicação da Portaria nº 19, que futuramente será regulamentada pelo ICMBio.

Por meio da Instrução Normativa nº 3, de 10 de maio de 2016, o ICMBio regulamenta o serviço voluntário na instituição, desde o recrutamento, seleção e treinamento, até a forma de avaliação do programa. A partir desta data torna-se de fato efetiva a política pública, com fins de implementar o voluntariado nas unidades de conservação.

No mesmo ano da instrução há uma atualização sobre a definição de serviço voluntário apresentada em 1998 e este passa a ser considerado pela Lei nº 13.297/2016 como a “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa” suprimindo, portanto, o princípio de mutualidade do texto (BRASIL, 2016).

Considerando que o estudo sobre o Programa Voluntariado se pauta na implementação de uma política pública e entendendo a política pública como processo, cuja avaliação é imprescindível, este artigo demonstra quais fatores facilitadores e obstáculos operam ao longo da execução do Programa, em unidades de conservação da Rota das Emoções.

O espaço turístico denominado Rota das Emoções, reúne, dentre seus atrativos, unidades de conservação localizadas nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão que participam como unidades organizacionais do Programa Voluntariado, quais sejam: Parque Nacional de Jericoacoara, Parque Nacional de Sete Cidades, Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba e Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Seguindo a linha metodológica de unidades de análise, os procedimentos adotados neste estudo dizem respeito a compreensão do Programa de Voluntariado em UC desde a sua origem, considerando, o marco legal, o sistema gerencial e decisório, e a avaliação dos gestores e voluntários partícipes do processo.

A coleta de dados compreendeu a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de levantamento descritiva e analítica, na qual foram aplicados questionários direcionados a gestores de unidades de conservação delimitadas no estudo e voluntários que participaram do programa, durante os três últimos anos (2017 a 2019). Tendo em vista que a pesquisa se aplica especificamente nas unidades de conservação localizadas no território da Rota das Emoções, o total de gestores sujeitos do estudo somam o total de quatro indivíduos, correspondentes às quatro unidades de conservação.

Quanto ao número de voluntários, a declaração das coordenações locais foi de um total de 223 pessoas atuantes e para chegar até uma parcela deles foi utilizada a técnica “bola de neve” na qual foi disparado um convite para responder ao formulário online, em eventos locais da área ambiental e em grupos de voluntariado nas redes sociais. Assim, no período de junho a julho de 2021 foi possível obter um total de 19 respostas de voluntários da área de estudo e 22 respostas de pessoas que atuaram em outras unidades de conservação. Como critério de inclusão foi adotado a atuação

em uma das unidades de conservação da área de estudo e a exclusão daqueles que realizaram a atividade fora deste território.

Os itens constantes na Instrução Normativa Nº 3, de 10 de maio de 2016, serviram de base para as questões utilizadas, quais sejam: a modalidade de seleção dos voluntários pela unidade de conservação, o perfil dos voluntários, as parcerias realizadas, as linhas temáticas executadas, o desligamento de voluntários e motivos, o tempo de atuação dos voluntários, a necessidade de brigadistas voluntários, a assistência, além do orçamento previsto e executado.

Todos os questionários foram encaminhados por meio de formulário eletrônico, aos gestores das unidades de conservação e aos participantes das ações de voluntariado. Além da autorização fornecida pelo SISBIO a pesquisa tem parecer favorável pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

A etapa de organização e análise dos dados compreendeu a tabulação das informações codificadas em planilhas *excel* e no *software* PSPP para posterior descrição e discussão dos resultados.

2. PROGRAMA VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Programa Voluntariado tem como objetivo proporcionar a vivência dos voluntários na unidade de conservação - UC, sendo que esses podem atuar juntamente com a equipe do ICMbio nas atividades realizadas no local, as quais atingem as esferas sociais e ambientais do cotidiano das UC´s. Sem vínculo empregatício ou remuneração, o voluntário tem junto a equipe local o papel de desenvolver atividades, desde pesquisa à educação ambiental , com programação que deve estar contida no plano de trabalho, - documento baseado no acordo entre o voluntário e o chefe da unidade organizacional.

As atividades são divididas em temáticas, são elas: manejo para conservação, pesquisa e monitoramento, gestão socioambiental, uso público e negócios, consolidação territorial, produção e uso sustentável, proteção ambiental, comunicação e administração, cabendo também atividades específicas proposta pela gestão de cada UC, conforme esclarece o art. 6° da instrução normativa nº 3, de 10 de maio de

2016 (ICMBio,2016). Ao final do voluntariado o participante recebe, junto ao ICMBio a certificação pelo serviço prestado.

No âmbito da Instrução Normativa nº 3, em seu artigo segundo, o documento dispõe das categorias de demandas para operacionalização do Programa, que podem ser divididas em demanda espontânea (proposta pela própria unidade organizacional da UC), demanda induzida (organizada por meio de chamada interna e projetos específicos) e demanda pré-aprovada (para atividades propostas pelas coordenações gerais ou Divisão de Comunicação).

O ICMBio contabiliza 264 unidades organizacionais com programa de voluntariado formalizado (MMA, 2020), distribuídos em todo o território nacional variando entre estações ecológicas, florestas nacionais, reservas biológicas, áreas de proteção ambiental, parques nacionais, reservas extrativistas, refúgio de vidas silvestres entre outros.

De acordo com a primeira edição do Guia de Voluntário do ICMBio de 2017, o programa representa uma estratégia de gestão, de integração da sociedade ao trabalho de conservar e proteger a sócio biodiversidade (MMA, 2017). Conforme a Instrução Normativa nº 3, capítulo II, parágrafo único, a coordenação nacional do programa poderá contar com o apoio de um Comitê de Assessoramento Técnico formado por representantes internos, indicados pelas Diretorias do ICMBio, por representantes de instituições ou entidades quando convidadas e por pessoas físicas. Em nível local, cada Unidade Organizacional pode desenvolver o seu programa conforme as suas necessidades, ademais de indicar uma pessoa responsável para orientá-lo e acompanhar o trabalho voluntário.

Atualmente a coordenação do Programa Voluntariado encontra-se na sede do ICMBio em Brasília, pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação –DISAT. De acordo com a Diretoria, estima-se que foram doados desde a implantação efetiva do Programa, em setembro de 2018, até dezembro de 2020, cerca de 213.718 horas de trabalho voluntário ao instituto. Outras informações cadastradas no Sistema que gerencia as informações do Programa indicam no período citado foram abertas 474 chamadas para seleção de

voluntários, realizados 26 mutirões e selecionados 2.801 voluntários (de um total de 35.483 cadastrados)

3. O PROGRAMA VOLUNTARIADO NA ROTA DAS EMOÇÕES

Como foi exposto, em nível local a unidade organizacional (parte integrante da estrutura do ICMBio, quer seja na sede ou em suas unidades descentralizadas) adere ao Programa e elabora o plano de trabalho do voluntário, que deverá ser aprovado pela Coordenação Nacional, desempenhando ainda, as seguintes atividades:

Quadro 1. Competências da Unidades Organizacionais:

I - firmar adesão ao Programa de Voluntariado; II - elaborar a Previsão do Programa do Voluntariado na respectiva Unidade Descentralizada; III - elaborar o(s) plano(s) de trabalho individual(is) ou coletivo, em conjunto com o(s) prestador(es) de serviço voluntário; IV - supervisionar e avaliar a execução do(s) plano(s) de trabalho pelo(s) prestador(es) de serviço voluntário. V - emitir certificado de participação no Programa de Voluntariado, conforme modelo fornecido pela Coordenação Nacional; VI - elaborar relatório anual de atividades do Voluntariado com a avaliação e resultados alcançados e encaminhá-lo à Coordenação Nacional do Programa; VII - informar claramente as condições oferecidas para o desempenho das atribuições conferidas ao prestador do serviço voluntário; VIII - estabelecer parcerias locais, na medida do possível, para qualificar a implementação do programa; IX - preencher e manter atualizado o Cadastro de Voluntários; e X - buscar apoio para a produção de material de identificação do voluntariado.

Fonte: Instrução Normativa nº 3, de 10 de maio de 2016.

Na Rota das Emoções as unidades organizacionais em estudo correspondem a quatro unidades de conservação, sendo três parques nacionais e uma reserva extrativista. Na área de estudo também se localiza a Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba, porém no período em análise a unidade fez adesão ao Programa, mas não teve voluntários em atividade.

Na caracterização dos gestores, que ocupavam o cargo de chefe de unidade de conservação e responderam ao questionário da pesquisa, observa-se um grupo experiente na área de estudo, tendo em vista que três gestores indicaram estar há mais de dois anos na unidade e apenas um era recém-chegado, com um mês de experiência.

As modalidades de demanda espontânea (2 respostas) e induzida (2 respostas) foram indicadas como as mais frequentes pelos gestores. Vale informar que a demanda espontânea compreende a apresentação de proposta de atividade livre de voluntariado pelas unidades organizacionais enquanto a demanda induzida representa uma demanda estruturada apresentada na forma de edital, por chamada interna de projetos específicos.

No PARNA Sete Cidades as demandas induzidas se concentraram nas linhas temáticas Uso público e negócios e Proteção ambiental, enquanto no PARNA Lençóis Maranhenses as linhas foram mais amplas, incluindo Manejo para conservação; Pesquisa e monitoramento; Gestão socioambiental; Uso público e negócios; Consolidação territorial; e Comunicação.

Na RESEX Marinha Delta do Parnaíba as demandas espontâneas atenderam a linha temática Gestão socioambiental, tema que também se fez presente no PARNA Jericoacoara, além das linhas do Uso público e negócios e Comunicação.

Com adesão desde 2016, identificam-se a RESEX Marinha Delta do Parnaíba e o PARNA de Jericoacoara, os demais aderiram em 2017. Quando indagados sobre o orçamento previsto para 2019 dois respondentes indicaram que não havia previsão, um indicou parceria com investimento por parte de uma organização não governamental e outro informou que sim, havia um orçamento de R$ 13.0000,00 (treze mil reais). Apesar de não contarem com previsão orçamentária fixa para as atividades do Programa, as unidades conseguem viabilizar as atividades de voluntariado com apoio institucional, seja interno ou externo ao ICMBio.

A falta de orçamento também requer parcerias, que se tornam necessárias para sanar dificuldades gerais. Os principais parceiros informados foram universidade federal, instituto federal, organização não governamental e empresa local. Apenas uma das unidades demonstrou não ter realizado parcerias no período.

Quanto ao perfil dos voluntários, na observação dos gestores, as mulheres e a faixa etária de 21 a 25 anos são majoritárias. Apenas o PARNA de Sete Cidades indicou uma faixa etária mais avançada, de 31 a 35 anos, assim como o respondente da RESEX apontou uma faixa mais jovem, entre 18 e 20 anos.

De acordo com os gestores, os voluntários se dedicam em média 8 horas por dia em tempos que variam de mais de 15 dias de atividade, como no caso dos PARNA de Jericoacoara e Lençóis Maranhenses; 07 a 10 dias como no PARNA Sete Cidades; e 01 a 03 dias, como informado pela RESEX Marinha Delta do Parnaíba.

Conforme determina a Instrução Normativa nº 3, no caso dos brigadistas voluntários que atuarão no manejo integrado do fogo, compete ainda, à unidade descentralizada proporcionar treinamento para a capacitação dos brigadistas

voluntários; e fornecer ou assegurar que estejam disponíveis equipamentos de proteção individual (EPI's), materiais de combate, ferramentas, transporte e alimentação durante as ações de manejo integrado do fogo. Localizada em área com incidência de fogo florestal, o PARNA Sete Cidades foi a única unidade com necessidade de atender os critérios indicados e de fato teve a preocupação em executar tais procedimentos. Neste mesmo parque também foi indicada a assistência médica em caso de acidente com os prestadores de serviços voluntários, porém pode-se inferir que seja por meio da rede pública, que também foi indicada pelo PARNA Jericoacoara, que se dispõe a providenciar o deslocamento ou contato do voluntário à unidade de saúde mais próxima.

Indagados sobre a satisfação com o Programa Voluntariado na sua unidade organizacional e sobre os benefícios da ação dos voluntários, os gestores apresentaram os seguintes pontos de vista:

> *- O apoio dos voluntários nas atividades da UC é importante. É necessário que a coordenação do programa consiga articular o corpo de voluntários às demandas do restante da equipe da unidade, definida a partir de planejamento prévio. (G1)*
> *- Ótima estratégia de participação. Ferramenta de grande relevância para aproximar a sociedade. (G3)*
> *- Sim, auxílio que estava faltando para atender algumas demandas das unidades que os servidores e terceirizados não conseguiam atender! (G4)*

Apenas o G2 indicou somente a resposta “sim”, sem comentar sobre os benefícios adquiridos.

Para o período de referência, 2017 a 2019, as coordenações locais informam um total de 223 voluntários, assim distribuídos: PARNA Jericoacoara: 28 indivíduos, PARNA Sete Cidades: 156, RESEX Marinha do Delta do Parnaíba: 05 e PARNA Lençóis Maranhenses: 34.

Deste total foi possível obter respostas de 19 voluntários que revelam um panorama geral no qual as observações sobre o perfil confirmam o que os gestores relataram sobre a predominância feminina, na faixa de 21 a 25 anos. Todos os voluntários indicaram escolaridade superior (em andamento, concluída ou pós-graduação), concentrando-se principalmente na área de ciências humanas e ciências sociais e aplicadas.

No que se refere a participação no programa, a principal resposta sobre como conheceu o programa foi de que isto ocorreu no ambiente acadêmico, sendo a inscrição realizada por meio de edital ou chamada pública no site da unidade ou do ICMBio.

Quanto a execução da atividade voluntária, a maioria revelou atuar por 20 horas semanais em períodos que variaram, com maior frequência, entre 15 a 20 dias. No período de atuação o respondente também foi indagado se sofreu algum tipo de acidente e apenas três indicaram as seguintes situações:

> *- Fui roubada dentro da UC, não sei se conta como acidente e não recebi nenhuma assistência em relação a isso. (V10)*
> *- Tive um pequeno problema no ouvido. O problema foi resolvido no posto da [...], ou seja, tive assistência médica. (V18)*
> *- Insolação, cortes e machucados em trilhas, picadas por enxame de vespas, infecção de garganta e urinaria, bicho geográfico. Fui no hospital para tratar um corte infeccionado e a infecção urinaria em [...].(V19)*

Dentre as atividades no Programa constatou-se maior atuação dos voluntários no tema “uso público e negócios”, seguido de “comunicação” e “pesquisa e monitoramento”. Com menor frequência, os demais temas foram também indicados, demonstrando que os voluntários atuaram em todas as temáticas previstas pelo Programa.

Na autoavaliação dos voluntários sobre sua atuação no Programa, houve similaridade no percentual de voluntários que considerou ter “cooperado muito” e ter “colaborado razoavelmente” com a unidade de conservação. Nenhum considerou que sua cooperação foi insuficiente ou pouca. Daqueles que sentiram ter cooperado de forma razoável observam-se as seguintes declarações, quando indagados sobre as motivações para o trabalho voluntário:

> *- Experiência e construção da gestão e organização de uma unidade de conservação (V04)*
> *- Enriquecimento de experiências (V07)*
> *- Entender como funciona o programa em UCs; O gosto por ajudar o meio ambiente de alguma forma; Para fins de pesquisa futuramente. (V15)*
> *- Conhecer o trabalho da Unidade de Conservação (UC), auxiliar na proteção e conservação do ecossistema presente na região e conhecer a relação da UC com a comunidade do entorno. (V18)*
> *- Experiência Pessoal, networking, contribuição para a conservação da natureza (V24)*
> *- Vontade de aprender e contribuir com ações de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente (V25)*
> *- Curiosidade, experiência (V28)*

- Experiência, conhecer novas pessoas, cultura, aprender sobre ecologia (V30)
- Contribuir para a conservação da biodiversidade das UC's.(V31)

Quanto aos que consideraram ter cooperado muito as motivações ao voluntariado foram as seguintes:

- Paixão pela natureza (V08)
- Vontade de estar na natureza, fazendo a diferença e conhecendo novos lugares e pessoas (V09)
- Conhecer o mercado de trabalho na prática, já que isso não foi abordado durante minha graduação. (V10)
- Interesse em aprender novas temáticas, culturas e sobre conservação, tal como como funciona um Parque Nacional (V13)
- Minhas capacitações (V14)
- Devido a importância que as unidades de conservação possuem para sociedade. (V16)
- Colaborar com a manutenção de um PN, ajudar o meio ambiente. (V17)
- Conhecer lugares, adquirir experiência, melhorar o currículo, ajudar os Parques (V19)
- Conhecer o trabalho desenvolvido pelo ICMBio (V29)
- Compreender e conhecer de perto a organização, trabalhos, objetivos e metodologias desenvolvidas pela UC (V32)

5. CONCLUSÃO

Em que pese a perspectiva de que o voluntariado pode adquirir formas e ideais que transferem à sociedade a obrigação do Estado convém observar que, na temática ambiental, esta proposta pode desencadear novas possibilidades que ampliem a visão crítica da sociedade sobre o próprio papel do poder público frente à proteção e a salvaguarda dos recursos naturais. Conhecer, compreender, entender e atender seus interesses e curiosidades foram motivos que incentivaram os voluntários a participar das atividades junto às unidades de conservação, revelando assim que a experiência inclui aprendizado e visão crítica, a partir do conhecimento daquilo que ainda não foi acessível ao indivíduo.

É fato que nas recentes ameaças que circulam as unidades de conservação em todo o Brasil, a atuação de grupos voluntários, organizações e trabalhadores tem colaborado efetivamente com o controle da destruição ambiental, seja no combate a incêndios, coleta de lixo nas áreas litorâneas, coleta de óleo e seus resíduos nas praias, resgate de animais ameaçados, reflorestamento, enfim, nos mais diversos

tipos de atividades cujo reconhecimento do voluntário não ocorre e este chega a ser marginalizado por autoridades locais.

Por outro lado, iniciativas com o Programa Voluntariado em UC´s se apresentam como proposta de reconhecimento da atuação voluntária, justamente em um momento que, apesar da ampliação legal e conceitual, a atividade de voluntariado tem demonstrado tendência de baixa no Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a publicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), retrata a diminuição da atividade, com a informação de que em 2018 o Brasil possuía 7 milhões e 206 mil pessoas envolvidas com o trabalho voluntário, enquanto em 2019 este número, que vinha crescente desde os anos anteriores, caiu para 6 milhões e 925 mil. Na contramão desta realidade a atuação voluntária teve grande adesão no Programa Voluntariado, que não absorveu nem 10% do total de cadastrados.

Como breves apontamentos ao processo de avaliação do Programa Voluntariado em UC´s é possível concluir que o programa, na Rota das Emoções, se apresenta satisfatório e com necessidade de crescimento. O interesse dos voluntários, bem como a sua possibilidade de participação, em termos de carga horária e atuação nas áreas temáticas, demonstram que é possível contar com este apoio em vários tipos de projetos e iniciativas, com destaque para aqueles das áreas das ciências humanas, sociais e aplicadas.

É preciso destacar ainda que o Programa deve contemplar localmente um corpo técnico mais amplo para gerenciar dados, bem como possuir orçamento fixo que garanta a implementação de um número maior de atividades, ampliando assim a frequência de chamadas e editais.

O voluntariado tem se apresentado como expressão de resistência, em especial na área ambiental, cujo enfrentamento na arena política necessita de aliados. Neste cenário é sabido que o protagonismo das classes subalternas não tem garantido o seu sucesso. O Estado “ampliado” e “ocidental” de Gramsci colabora nesse entendimento pois a teoria é dialética e depende do desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma e forte, capaz de criar condições para o autogoverno ou o governo regulado, que corresponde a uma concepção de transformação e extinção

do Estado com ocupação “de baixo para cima” dos organismos materiais da sociedade civil.

Referências

BOZZI, Sonia O. *Evaluación de la gestion pública: conceptos y aplicaciones em el caso Latino americano*. **Revista do Serviço Público**, volume 52, n.1, jan./mar., 2001.

BRASIL. **Bases do enquadramento jurídico do voluntariado**. Lei nº 71 de 03 de novembro de 1998. Disponível em https://dre.pt/application/conteudo/223016. Acesso em 29 de abril 2021.

BRASIL. **Lei no 13.297, de 16 de junho de 2016**. Incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13297.htm. Acesso em 25 jan. 2021.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da et al. **Seminário legislativo voluntariado**: você faz a diferença: documento final. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2001.

DOHME, Vania D.'Angelo. **Voluntariado: equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

FALCONER, Andres Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor**: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP; 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Edición crítica del Instituto Gramsci.** Tradução Valetino Gerratana. México: Ediciones Era, 1984. v. 3 e 6.

HALL, Peter D. **Historical perspectives on Nonprofit Organization**. Em Herman, R. D. (and Associates). The Jossey-Bass Handbook of nonprofit leadrship and management. San Francisco: Jossey-Bass Publisher, 1994.

ICMBio. **Instrução Normativa n° 3, de 10 de maio de 2016**. Dispõe sobre o Programa Voluntariado. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/ICMBio_DCOM_IN_03_2016_voluntariado.pdf. Acesso em 15 de mar. de 2021.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos., Neodesenvolvimentismo e Política Social. In: PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de; LIMA, Maria Messias Ferreira; PINHEIRO, Valéria Feitosa (Org.). **Capitalismo, trabalho e política social.** volume 2, Série CEURCA, 2017. Disponível em: https://www.blucher.com.br/livro/download_remote_file/?path=https://editor.blucher.com.br/uploads/product/presspdf/1250. Acesso em 10 mai. 2021.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Decreto Nº 4.519 de 13 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4519.htm#:~:text=D4519&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.519%2C%20DE%2013,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em jun de ago. de 2021.

MMA, Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia de Voluntariado.** 2017. Disponível em https://www1.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/icmbioemfoco431.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2021.

MMA, Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/acoes-e-programas/acoes-socioambientais-e-consolidacao-territorial-em-ucs/programa-de-voluntariado-do-icmbio. Acesso em 15 de março de 2021.

MMA. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Ofício SEI n° 95/2020-DISAT/GABINI/ICMBio**. Resposta a Solicitação de dados Programa Voluntariado em UC. Brasília, DF. 2020.

RAMOS, Sheila Patrícia; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Gestão do Voluntariado: um panorama dos estudos realizados. **Revista Foco**. Volume 9, número 1, 2016.

SELLI, Lucilda; GARRAFA, Volnei. Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico. **Revista de Saúde Pública**. Volume 39, número 3, pag. 473-478, 2005.

SOBOLH, Telma; WIDMAN, Simon. **Voluntariado, a possibilidade da esperança**: cenário do trabalho voluntario no Brasil. São Paulo: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social**. Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG, 1995.